

O APORTE DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS DA PESSOA COM TEA: UMA ANÁLISE DA APAE DE PRESIDENTE PRUDENTE

Camila Sousa FLORES¹
Luci Martins Barbatto VOLPATO²

RESUMO: O presente artigo consiste em discutir o aporte do trabalho social com famílias desenvolvido na instituição, sendo esse uma análise do campo sócio ocupacional APAE de Presidente Prudente. O artigo baseou-se em pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro do Autismo. Trabalho Social. APAE.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de experiências vivenciadas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Presidente Prudente, enquanto campo de estágio, sendo assim, um espaço favorecido por proporcionar um processo de troca de conhecimentos entre profissional e estudante, proporcionando constante reflexão.

No trabalho apresentado o campo de estágio e será evidenciado o campo sócio ocupacional onde o serviço social está inserido, por um breve histórico, demonstrando o perfil do profissional.

Posteriormente, serão citadas breves considerações sobre o Transtorno do Espectro do Autismo e breves considerações sobre o setor do autismo na APAE de Presidente Prudente.

Por fim, será executada uma breve análise da importância do trabalho social com as famílias das pessoas com transtorno do Espectro do Autismo na APAE de Presidente Prudente. Possibilitando um maior conhecimento sobre o campo de estágio e sobre a atuação do assistente social nesta área.

Para o desenvolvimento do presente artigo foi utilizado o método materialista dialético, na qual nos permite ter um olhar além do que este posto. O presente artigo decorre de um referencial bibliográfico, documental e eletrônico.

¹ Discente do 1º ano do curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. casousaflores@gmail.com

¹ Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. luci@toledoprudente.edu.br orientadora do trabalho.

2 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE PRESIDENTE PRUDENTE

A associação de pais e amigos dos excepcionais de Presidente Prudente- APAE foi criada em 1968 por um grupo de pais de crianças excepcionais, com o intuito de atender educação especial. Hoje presta atendimentos a 295 usuários entre crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual e transtorno global do desenvolvimento .É uma entidade sem fins lucrativos que se mantém através de parcerias da sociedade civil e subsídios do Estado.

As ONGS surgiram para suprir uma necessidade que o Estado não consegue no que se refere aos direitos humanos básicos, segundo o Art 2º do LOAS (lei orgânica da assistência social) é direito da pessoa com deficiência a habilitação, reabilitação, e promoção de sua integração na sociedade, ou seja, a APAE veio para atender essa demanda, visto que os atendimentos são voltados a essa finalidade de desenvolver atividades e atendimentos para maior autonomia, interação, promoção e efetivação dos direitos dos usuários.

O usuário chega à instituição por meio do poder publico, ou de interesse da própria família, é feito o acolhimento pela assistente social, depois são realizados atendimentos pela equipe técnica a fim de avaliar a necessidade do usuário para cada atendimento.

A Instituição faz atendimentos na área da Saúde, Educação e Assistência, (sendo a porta de entrada a assistência social), atendimentos com intuito de desenvolver e promover maior desenvolvimento e interação social do aluno.

O público alvo da instituição é voltado para pessoas com o diagnóstico de Deficiência Intelectual (do moderado ao grave), múltipla (deficiência intelectual associada a outra deficiência) e/ou transtorno global do desenvolvimento (associada a deficiência intelectual), os demais recebem atendimento ambulatorial (são ofertados atendimentos nas áreas da saúde e assistência social).

Sendo a APAE de Presidente Prudente uma instituição que mantém uma escola especial, os usuários que possui o diagnóstico de DI (moderada a grave)

recebem atendimentos nas três áreas de atuação institucional, na área da educação (sala de aula – currículo funcional), na área da saúde (atendimentos terapêuticos especializados no contra turno escolar) e acompanhamento social.

São ofertados na instituição atendimentos nas áreas de: Fisioterapia Motora, Fisioterapia Respiratória, Fonoaudiologia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Nutricionista, Serviço Social e atendimentos médicos especializados como Neurologia, Psiquiatria, Pediatria, Endócrino.

2.1 Perfil do Profissional do Serviço Social na Instituição

Diante de todas as dificuldades da contemporaneidade, Yamamoto (1997), nos relata que o desafio é descobrir possibilidades para o trabalho profissional e pensar em propostas para a questão social.

É através do código de ética que nos indica um rumo ético político, um norte para o profissional. O desafio é materialização dos princípios éticos, evitando que se transformem rotinas, o assistente social precisa ser um profissional informado, crítico e competente, o Projeto Ético político do Serviço Social é contrário ao projeto de sociedade hoje.

Diante do projeto ético político e da atuação dos profissionais de Serviço Social nos espaços sócio ocupacionais deve estar de acordo com o código de ética da profissão, respeitando os indivíduos e atuando no processo de direitos, conforme a regulamentação da profissão (lei n 8.662/93) que nos princípios fundamentais expõe:

“I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de

preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. “ Código de Ética do Assistente Social – CFESS (2012, p. 23, 24)

Diante disso podemos compreender que o profissional de Serviço Social na APAE deve estar de acordo com código de ética da profissão.

Ao receber o sujeito, é necessário que essa acolhida transmita ao usuário do serviço segurança e credibilidade do Serviço, o profissional deve ter compromisso com a qualidade desses serviços que estão sendo ofertados como assegura o item X dos princípios fundamentais inseridos no Código de ética da profissão. Uma vez que é na acolhida que o profissional deve conhecer a singularidade do sujeito e da família.

É necessário que o profissional tenha um posicionamento crítico frente as situações expostas dentro do campo sócio ocupacional, com um olhar para que os sujeito e com um trabalho com foco na família, pois é a base da intervenção da profissão. Por vezes chegam determinadas situações na instituição de muita complexidade onde e preciso tomar atitudes corretas e imediatas no que se refere a garantias direitos como em casos de violência, negligencia, maus tratos, que colocam em risco a vida do usuário.

É necessário também conhecimento e articulação com as redes, afim de encaminhar e orientar para os serviços corretos necessários ao usuário e sua família acompanhar los nesse processo,

3 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISMO

O transtorno do espectro autismo é uma desordem global do desenvolvimento, que acontece com maior frequência em meninos e se manifesta de maneira diferente de indivíduo para indivíduo, se instauram nos três primeiros anos de vida e possuem três características frequentes sendo elas dificuldade de comunicação, socialização e comportamento repetitivos.

Em suas atividades diárias não costumam demonstrar sentimentos (isso não significa que não tenham), apresentam dificuldades no relacionamento e interação social, não olham nos olhos, parecem viver em um mundo isolado, alguns não falam e os que falam pode ser repetitivos e trocar os pronomes. Costumam seguir sempre uma rotina e tem suas estereotípias, se algo sai da sua rotina podem apresentar crises como gritos, mordidas, choro, bater de mãos, rodopios.

Em alguns casos apresentam retardo mental e outros podem até ter super dotação, ou seja, apresentam habilidades impressionantes em determinadas atividades se sobressaindo sobre crianças sem nenhum tipo de deficiência, mas assim mesmo possuem alguma outra dificuldade de comunicação e interação social.

O diagnóstico é feito através de avaliações e acompanhamento do indivíduo, não se tem um teste clínico exato a ser realizado que resulta o autismo, é uma doença crônica e não são diferentes fisicamente de outras, suas diferenças são em relação ao desenvolvimento social.

Diante do diagnóstico para a família pode se ter um impacto, pois terão que alterar a dinâmica familiar para se adequar as necessidades da criança, é normal, pois é tudo novo, causando medo e insegurança de como lidar com a nova situação.

O tratamento é realizado para desenvolver não a causa do autismo e sim o desenvolvimento do indivíduo no que se refere a socialização, comportamento e linguagem, e por se tratar de uma síndrome com características específicas e que não se tem um diagnóstico exato é difícil identificar, quanto antes diagnosticado mais possibilidades de se trabalhar sobre o desenvolvimento do mesmo.

3.1 Breves Considerações Sobre o Setor do autismo na APAE de Presidente Prudente

O autismo dentro da APAE de Presidente Prudente possui um setor diferenciado, uma casa pedagógica dentro da instituição, com quartos, sala, cozinha, banheiro como uma casa comum e são desenvolvidos atividades comuns do dia-dia que trabalham a funcionalidade da pessoa com espectro autismo.

Tarefas simples que fazem com acompanhamento e sendo sempre instruídos a fazerem sozinhos, como escovar o dente, vestir roupa, tomar banho, assistir televisão, normas de higiene, atividades pedagógicas, atividades recreativas, e lazer para ajuda-lo a ter mais independência e autonomia. Tem interação com outras pessoas que não são de sua família, possível e ter uma maior interação social no meio em que vive.

Em um período ficam na casa pedagógica e em sistema de contra turno escolar são feitos os demais atendimentos ambulatoriais e assistenciais. Convivem com pessoas que tem as mesmas limitações que as suas em geral, por mais que cada indivíduo tenha suas particularidades, tem as mesmas características de dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos, podem aprender uns com os outros, São acompanhados e avaliados por uma professora e uma auxiliar especializadas no serviço, e tem tido muitos resultados positivos.

4 O APORTE DO TRABALHO SOCIAL DAS FAMILIAS DA PESSOA COM AUTISMO

O trabalho realizado na APAE vai além do atendimento aos sujeitos dentro da instituição, busca incluir os pais e responsáveis no processo, através de atividades com os mesmos. Afinal a criança fica na instituição somente em um período de seu dia, precisa de cuidados e um aporte também em seu convívio familiar principalmente para as crianças com espectro autismo que tem dificuldade na interação social.

A família é de essencial importância nesse processo no que tange ao aspecto de exercer a sua função social e para que também viabilize os direitos da pessoa com deficiência. O amor e um lar que proporcione o amparo e a proteção

também é de fundamental importância, na medida que são pessoas que necessitam de cuidados especiais.

É de extrema importância a interação entre família e instituição, a APAE tem essa característica, faz um trabalho não só com a criança mais com a família e dá o suporte necessário as famílias por meio de reuniões que são realizadas para apresentar o quadro dos usuários, demonstrar evolução ou regressão a fim de discutir e orientar sobre os serviços que estão sendo realizados e possíveis instruções aos familiares para realizar com paciente a fim de dar continuidade aos procedimentos e atividades no âmbito familiar, visto que a dinâmica familiar muda com a chegada de uma criança especial.

A assistente social nesse processo promove instruções e orientações sobre os direitos da família da pessoa com deficiência, como o Benefício de prestação continuada, BPC que é um direito do deficiente conforme exposto na Lei Orgânica de assistência social art.º 20 que garante 1 salário mínimo mensal a pessoa portadora de deficiência que comprovem possuir em meios da própria manutenção e nem tê-lo provida pela família,

Em muitos casos a família não tem conhecimento sobre o benefício, o profissional do serviço social, fazem entrevistas e visitas domiciliares a fim de identificar famílias em situação de vulnerabilidade social, faz o encaminhamento para os órgãos responsáveis.

Segundo o Preambulo inciso x da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem o direito de receber a proteção da sociedade e do Estado e de que as pessoas com deficiência e seus familiares devem receber a proteção e a assistência necessárias para tornar as famílias capazes de contribuir para o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência

. É de fundamental importância esse suporte que a família recebe referente a seus direitos, orientações como esclarecer sobre a síndrome do espectro autismo para melhor aceitação.

A família tem direitos, mas também deveres, e sempre tem que estar em constante comunicação com a entidade, se ocorre qualquer problema tem que avisar, em caso de faltas ou qualquer alteração no comportamento é contatada a família, a fim de identificar possíveis negligências, agressão, maus tratos, quando se é identificado qualquer negligência é encaminhado aos órgãos necessários depois

de reuniões e tentativas de fortalecimento de vínculos contam com o aporte do conselho tutelar .

É feita avaliação para os que necessitam do transporte não é somente inserir essa criança e avaliar se ela tem como chegar ate a instituição,

E realizado o fortalecimento de vínculos através de grupos com as famílias, com orientações e trocas de experiências, reflexões, discussões, conscientização, apoio emocional para o melhor desenvolvimento da família e aos pacientes com transtorno do desenvolvimento autista.

Não é algo mecânico a instituição atende as famílias e suas necessidades, a relação é de ligação, pode se observar que realmente da resultado justamente por essa interação, gera um melhor desenvolvimento da criança.

3 CONCLUSÃO

Diante do trabalho exposto podemos observar que a pessoa com transtorno do espectro autismo possui características especiais, necessitando de cuidados especiais na instituição e no âmbito família.

A APAE de presidente prudente atende esses sujeitos nas áreas de saúde, educação e assistência a fim de promover melhor desenvolvimento social, autonomia sendo necessário um atendimento de qualidade com orientações e trabalho realizado com os familiares da criança com espectro autismo.

Com a articulação das equipes e as redes é possível promover um amparo a famílias o que é essencial, atendimentos de qualidade essenciais para o melhor desenvolvimento do usuário atendido,

Enfim concluindo que é necessário tanto a articulação entre instituição e família como um aporte das equipes técnicas para que consigam atender toda demanda, afim de que todos que necessitam dos serviços sejam atendidos e que tenham qualidade nos atendimentos, tendo seus direitos reconhecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOU. Código de ética profissional do Assistente Social. Brasília, CFESS 1993

Lei Orgânica da assistência social LOAS, Lei n 8.742 de 1993

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a02v28s1.pdf> 02-10-2015

Disponível em <http://www.ic.unicamp.br/~wainer/cursos/906/trabalhos/autismo.pdf> 02-10-2015

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/04.pdf> 02-10-2015

Disponível em <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000566.pdf> 06-10-2015

Disponível em: <http://cress-es.org.br/projetoetico.htm> 10-10-2015

Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1068-4.pdf> 12-10-2015